

# RME - RIO MINAS ENERGIA PARTICIPAÇÕES S.A.

## CNPJ 07.925.628/0001-47

### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado)

tados estimados, decidiu baixar o ágio registrado no montante de R\$60.892, na linha de equivalência patrimonial.

(e) **Aumento de capital na controlada Light SESA**

Em 30 de dezembro de 2015, a controladora Light S.A. efetuou aporte, no montante de R\$107.000, na controlada Light SESA. Adicionalmente, em 29 de setembro de 2016, a controladora Light S.A. efetuou aporte, no montante de R\$125.000, na controlada Light SESA.

(f) **Reversão da mais valia da controlada em conjunto Guanhões Energia**

A investida Light S.A. reavaliou em 31 de dezembro de 2015, a recuperação da mais valia registrada na controlada em conjunto Guanhões Energia e, em função dos resultados estimados, decidiu baixar o ágio registrado no montante de R\$16.229, na linha de equivalência patrimonial.

(g) **Não adesão por parte da controlada Light Energia e da controlada em conjunto Lightger à proposta de repactuação do risco hidrológico**

Em janeiro de 2016, após a avaliação dos vários cenários do Preço de Liquidação das Diferenças ("PLD") conjugados com as obrigações e os direitos definidos pela Resolução Normativa da Aneel 684/2015, a investida Light S.A. decidiu por não aderir à proposta de repactuação do risco hidrológico no Ambiente de Contratação Livre ("ACL"), conforme condições estabelecidas.

(h) **Aumento de capital na controlada Light Esco**

Em 29 de setembro de 2016, a controladora Light S.A. efetuou aporte, no montante de R\$66.500, na controlada Light Esco.

(i) **Passivo a descoberto da controlada em conjunto Guanhões Energia**

Em 31 de dezembro de 2016, a investida Light S.A. reconheceu um passivo a descoberto no montante de R\$56.087 decorrente do saldo negativo do patrimônio líquido da controlada em conjunto Guanhões Energia, ocorrido após o reconhecimento de provisão para recuperação dos ativos imobilizados (impairment) das usinas em fase de construção, cujas obras estão paralisadas.

(j) **Conclusões da investigação independente na Norte Energia (NESA)**

A Eletrobras que detém participação de 49,98%, na NESA, contratou escritório de advocacia especializado para realizar uma investigação interna independente com o propósito de apurar eventuais irregularidades em empreendimentos em que possua participação societária, incluindo a NESA. Esse procedimento foi motivado por investigações que estavam sendo realizadas pelo Ministério Público sobre irregularidades envolvendo alguns dos empreiteiros e fornecedores em investimentos onde a Eletrobras era acionista, incluindo a NESA.

Os relatórios finais da investigação interna independente incluem certos achados com impactos estimados nas demonstrações financeiras da NESA, tendo sido determinado que certos contratos com alguns empreiteiros e fornecedores do projeto UHE Belo Monte contém impactos estimados de 1% do preço do contrato, mais algumas outras estimativas de montantes fixos determinados, para incluir subornos e atividades de manipulação de propostas consideradas de natureza ilícita.

Dessa forma, a NESA ajustou os valores estimados de excessos de custos capitalizados, no montante de R\$183.000, referentes a pagamentos ilegais no resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2015 devido à impraticabilidade da identificação dos ajustes por cada período anterior afetado. Como consequência desse ajuste, a investida Light S.A. reconheceu, em 31 de dezembro de 2015, um ajuste no montante de R\$4.559, na conta investimentos em contrapartida ao resultado com equivalência patrimonial.

Encontram-se em andamento outras investigações e medidas legais conduzidas por órgãos públicos que envolvem outros acionistas da NESA e determinados executivos desses outros acionistas. Conforme a evolução destas investigações e medidas legais produzirem informações relevantes, a investida Light S.A. avaliará eventuais impactos adicionais sobre as demonstrações financeiras, os quais serão contabilizados e/ou divulgados quando aplicável.

#### 8. PARTES RELACIONADAS

Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia tinha como grupo controlador a Cemig com 66,28% do capital total, sendo 50% do capital votante, Santander com 11,25%, BV Financeira com 11,23% e o BB-BI com 11,25% do capital social total.

Em 31 de dezembro de 2015, o saldo com partes relacionadas referia-se ao saldo de dividendos a receber da investida Light, no valor de R\$1.312.

A remuneração total dos Administradores, no exercício findo em 31 de dezembro de 2016, corresponde a R\$147, registrados como despesas administrativas, na demonstração do resultado. A remuneração abrange o Conselho de Administração e a Diretoria.

#### 9. DIVIDENDOS A PAGAR

O Estatuto Social prevê que ao lucro que remanescer após a constituição da reserva legal, será dado à seguinte destinação:

(a) Distribuição de dividendos obrigatórios, não inferiores a 25% do lucro líquido do exercício, consoante o disposto no parágrafo 2º do artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

(b) Distribuição de dividendos adicionais e discricionários, em cada exercício social, conforme vier a ser deliberado em Assembleia Geral, até o montante de 100% (cem por cento) da parcela do lucro líquido remanescente.

A Companhia distribuiu dividendos correspondente a totalidade de suas reservas de lucros com base em 31/12/2015 correspondente a R\$233.605, conforme deliberação da Assembleia Geral Extraordinária realizada no dia 21 de novembro de 2016. Ademais, a Companhia efetuou o pagamento do saldo de dividendos mínimos obrigatórios no valor de R\$1.449 referente ao exercício de 2015, totalizando o montante pago de R\$235.054.

Os dividendos propostos, calculados originalmente no encerramento do exercício de 2015 são como se segue:

	31/12/2015	RS/ação
Lucro líquido do exercício	6.101	
(-) Constituição da reserva legal (5%)	(305)	
Lucro líquido ajustado	5.796	
Realização de mais valia reflexa da investida	2.542	
Lucro à disposição dos acionistas	8.338	0,05

#### Destinação do resultado

Dividendos mínimos obrigatórios - 25% do lucro líquido ajustado (reduzido dos dividendos antecipados)	1.449	0,008
Reserva de retenção de lucros estatutários	6.889	
Nº de ações	177.328.393	

#### 10. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

##### (a) Capital social

Em 31 de dezembro 2015, o capital social da Companhia está representado por R\$205.428, dividido em 177.328.393 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, sendo 100% detidas pela Redentor.

Em 31 de agosto de 2016, Redentor foi incorporada pela Companhia que recebeu parcela referente ao acervo líquido cindido, de acordo com o Laudo Contábil, importando no aumento de seu capital social em R\$77, com a emissão de 28.409 novas ações ordinárias emitidas pela Companhia em favor da única acionista a Parati. Desta forma, o capital social da Companhia passou de R\$205.428, dividido em 177.327.393 ações ordinárias, para R\$205.505, dividido em 177.355.802 ações ordinárias.

Em 31 de outubro de 2016 foi aprovada pela Parati, em Assembleia Geral Extraordinária, a conversão de metade das ações ordinárias representativas do capital social da RME em ações preferenciais, com características idênticas às ações preferenciais de emissão da Parati, de modo que o capital social da RME, por força de referida conversão, será representado por R\$205.505, dividido em 88.677.901 ações ordinárias e 88.677.901 ações preferenciais, todas nominativas e sem valor nominal, e de titularidade de Parati.

Na mesma Assembleia Geral, foi deliberado pelo desdobramento da totalidade das ações de emissão da RME, de forma que cada ação ordinária passou a ser representada por 3.9852840337 novas ações ordinárias, e que cada ação preferencial passou a ser representada por 3.9852840337 novas ações preferenciais, com características idênticas às ações de emissão da Companhia de mesma espécie, de modo que o seu capital social, por força de referido desdobramento, passou a ser representado por R\$205.505, dividido em 353.406.623 ações ordinárias e 353.406.623 ações preferenciais, de titularidade de Parati.

Em 31 de outubro de 2016, a Parati foi cindida e a Companhia recebeu parcela referente ao acervo líquido cindido, de acordo com o Laudo Contábil, importando no aumento de seu capital social em R\$6.493, com a emissão de 4.821.027 novas ações ordinárias e 4.821.027 novas ações preferenciais, em favor dos Acionistas, na proporção de suas participações acionárias no capital social da Parati.

Desta forma, o capital social da Companhia passou de R\$205.505, para R\$211.998, dividido em 358.227.650 ações ordinárias e 358.227.650 ações preferenciais, todas nominativas e sem valor nominal, distribuídas assim entre seus Acionistas: Cemig com 25% do capital social total, BTG com 10,73%, com a Santander com 21,44%, BV Financeira com 21,39% e o BBBI, com 21,44% de participação no capital social total.

Em 21 de novembro de 2016, os acionistas da Companhia deliberaram pela aprovação do aumento de capital social da Companhia, mediante subscrição no valor de até R\$221.772,

Acionista	Ações ordinárias	%	Ações preferenciais	%	Total	%
Cemig	341.355.352	50,00%	563.541.677	82,54%	904.897.029	66,27%
Banco Santander (Brasil) S.A.	113.877.767	16,68%	39.755.352	5,82%	153.633.119	11,25%
BV Financeira S.A.	113.599.818	16,64%	39.658.321	5,82%	153.258.139	11,23%
BB Banco de Investimento S.A.	113.877.767	16,68%	39.755.352	5,82%	153.633.119	11,25%
Total	682.710.704	100%	682.710.702	100%	1.365.421.406	100%

##### (b) Reservas de Lucros

Reserva Legal - Constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social, nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. O saldo de reserva legal em 31 de dezembro de 2015, no valor de R\$8.238, foi absorvida pelo prejuízo do exercício de 2016, conforme lei nº 6.404/76, artigo 189, parágrafo único.

Ajuste de Avaliação Patrimonial - Os Ajustes de Avaliações Patrimoniais são provenientes de: (i) reserva reflexa de custo atribuído - ajuste reflexo da investida a Light, quando do reconhecimento do custo atribuído (*deemed cost*), na data da adoção do IFRS e novos CPCs, e (ii) outros resultados abrangentes - perdas ou ganhos de passivos atuariais de plano de pensão provenientes de ajuste reflexo da investida indireta Light, quando do reconhecimento do CPC 33, na adoção do IFRS e novos CPCs.

Os valores vêm sendo realizados à mesma medida da realização na investida indireta Light.

#### 11. RESULTADO POR AÇÃO

A tabela a seguir reconcilia o resultado líquido dos exercícios com os montantes usados para calcular o lucro por ação básico e diluído.

	2016	2015
Numerador		
(Prejuízo) lucro líquido do exercício	(41.417)	6.101
Denominador		
Média ponderada do número de ações ordinárias	1.365.421.406	177.328.393
(Prejuízo) lucro básico e diluído por ação ordinária em RS	(0,03)	0,03

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015 não existem diferenças entre o lucro (prejuízo) por ação básico e diluído, uma vez que a Companhia não possui instrumentos emitidos que tragam efeitos dilutivos ao cálculo.

#### 12. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Abaixo são comparados os valores contábeis e valores justos dos ativos e passivos de instrumentos financeiros:

Ativo	31/12/2016		31/12/2015	
	Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo
Caixa e equivalentes de caixa	6	6	1.197	1.197
Títulos e valores mobiliários	1.991	1.991	6.976	6.976
Dividendos a receber	-	-	1.312	1.312
Passivo				
Fornecedores	85	85	4	4
Dividendos a pagar	-	-	1.449	1.449

A descrição dos saldos contábeis e do valor justo dos instrumentos financeiros incluídos nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016 estão identificadas a seguir:

##### • Caixa e equivalentes de caixa

As aplicações financeiras em Certificados de Depósitos Bancários estão mensuradas ao seu valor justo na data das demonstrações financeiras.

##### • Títulos e valores mobiliários

Os títulos mantidos até o vencimento são mensurados pelo custo amortizado mediante a utilização do método da taxa de juros efetiva.

##### • Dividendos a receber e a pagar

Os dividendos a receber estão classificados como "empréstimo e recebíveis" e os dividendos a pagar estão classificados como "passivo financeiro não mensurado ao valor justo".

##### • Fornecedores

Contas a pagar a fornecedores de bens e serviços necessários às operações da Companhia, cujos valores são conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas até a data das demonstrações financeiras.

Estes saldos estão classificados como "passivo financeiro não mensurado ao valor justo" e se encontram reconhecidos pelo seu custo amortizado, que não diverge significativamente do valor justo.

A seguir é apresentada a análise de sensibilidade para oscilações das taxas de juros, demonstrando os possíveis impactos no resultado financeiro da Companhia.

A metodologia utilizada para o "Cenário provável" (cenário I) considerou a taxa de juros, projetando-se o CDI para 31 de dezembro de 2017 em 10,25% conforme expectativa de mercado, baseada em dados divulgados pelo BACEN (Relatório Focus - Mediana Top 5 de curto prazo), em 30 de dezembro de 2016. Para os cenários II e III, foram adotadas as premissas de redução desta taxa projetada do CDI em 25% e 50%, respectivamente. A seguir é apresentada a análise de sensibilidade para oscilações das taxas de juros, demonstrando os possíveis impactos no resultado financeiro.

Risco de Redução das Taxas de Juros:

	Risco	Valor contábil	Cenário I	Cenário II	Cenário III
Títulos e valores mobiliários	Queda do CDI	1.991	2.195	2.144	2.093
Impacto decorrente de decréscimos do CDI		-	204	153	102

##### (a) Valor Justo dos instrumentos financeiros

Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia possuía como instrumentos financeiros – títulos e valores mobiliários, classificadas como equivalente de caixa e mensuradas a valor justo por meio do resultado, as quais são classificadas como Nível 2.

Existem três tipos de níveis para classificação do valor justo referente a instrumentos financeiros. A hierarquia fornece prioridade para preços cotados, não ajustados em mercado ativo, referente a ativo ou passivo financeiro. A classificação dos níveis hierárquicos pode ser apresentada conforme exposto abaixo:

- Nível 1 - Dados provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) de forma que seja possível acessar diariamente, inclusive na data da mensuração do valor justo.
- Nível 2 - Dados diferentes dos provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) incluídos no Nível 1, extraído de modelo de precificação baseado em dados observáveis de mercado.
- Nível 3 - Dados extraídos de modelo de precificação baseado em dados não observáveis de mercado.

##### (b) Considerações gerais

A Companhia efetua análise dos seus instrumentos financeiros, a saber: caixa e equivalentes de caixa e fornecedores, procedendo às devidas adequações em sua estratégia, quando necessário.

e emissão de 162.241.527 de novas ações ordinárias e de 486.724.579 de novas ações preferenciais. O capital social foi aumentado para R\$437.770, dividido em 682.710.704 ações ordinárias e 682.710.702 ações

Os acionistas Santander, BV Financeira, BB-BI e BTG renunciaram ao direito de preferência para subscrição das ações emitidas, tendo a Cemig optado por subscrever e integralizar a totalidade das ações. Assim, a Cemig aumentou sua participação acionária Companhia de 25% para 60,65% do capital social total, mantendo, contudo, sua participação de 50% do capital social votante da Companhia.

Em 30 de novembro de 2016, a Cemig adquiriu a totalidade das ações detidas pelo BTG Pactual, aumentando a sua participação acionária na Companhia de 60,65 para 66,27% do capital total, mantendo, contudo, 50% do capital votante.

Em 31 de dezembro de 2016, o capital social da Companhia está distribuído entre seus acionistas da seguinte forma:

A Administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado.

##### (c) Política de utilização de derivativos

A Companhia não possui operações com derivativos em 31 de dezembro de 2016. No entanto, caso haja utilização, poderá ser considerada com a finalidade de evitar exposições a riscos.

##### (d) Gestão de risco

Os principais ativos da Companhia são os investimentos indiretos na Light, companhia de capital aberto. Os riscos identificados por essa empresa são de crédito, mercado, taxa de juros e taxa câmbio. Os detalhamentos desses riscos estão divulgados nas notas explicativas das demonstrações financeiras dessa investida.

#### 13. SEGUROS

A Companhia, por ser uma *holding* com participação direta na Light S.A., entende ser desnecessária a contratação de seguros para cobertura de possíveis riscos, já que a investida Light, principal empresa exposta a riscos, tem contratado seguros para: i) *Directors & Officers* (D&O), ii) Responsabilidade Civil e Geral e iii) Riscos Operacionais e, desta forma, sua Administração entende serem suficientes os seguros efetuados.

#### 14. TRANSAÇÕES QUE NÃO AFETARAM CAIXA

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2016, a Companhia realizou as seguintes atividades não envolvendo caixa:

	31/12/2016
<b>Efeitos da incorporação dos saldos da Redentor</b>	
Tributos e contribuições a recuperar	659
Fornecedores	8
Tributos e Contribuições a recolher	1
Aumento de capital pela incorporação da Parati	77
<b>Efeitos da incorporação dos saldos da Parati</b>	
Aumento de capital pela incorporação da Parati	6.493

#### 15. EVENTOS SUBSEQUENTES

##### a) Aumento de capital na controlada em conjunto Guanhões Energia S.A.

Em 9 de janeiro de 2017, a controlada Light Energia efetuou aporte, no montante de R\$69.447, na controlada em conjunto Guanhões Energia para a quitação integral das notas promissórias detidas pela Guanhões Energia. Adicionalmente, em 16 de janeiro de 2017, a controlada Light Energia efetuou aporte, no montante de R\$1.137, na controlada em conjunto Guanhões Energia.

##### b) Celebração de contrato de Compra e Venda de Ações do Complexo Eólico Alto Sertão II, entre a controlada em conjunto Renova Energia e AES Tietê Energia S.A.

Em 18 de abril de 2017, a controlada em conjunto Renova Energia celebrou Contrato de Compra de Ações do Complexo Eólico Alto Sertão II ("CCA"), firmado entre a Renovar S.A. e a AES Tietê Energia S.A. ("AES"), tendo como interveniente Anuente a Nova Energia Holding S.A. A AES se compromete em adquirir 100% das ações da Nova Energia Holding S.A., empresa que controla a subholding Renova Eólica Participações S.A. que, por sua vez, detém 100% (cem por cento) das 15 (quinze) sociedades de propósito específico que compõem o Complexo Alto Sertão II, por valor de R\$ 600 milhões (seiscentos milhões de reais) ("Transação").

O valor total da operação poderá alcançar a importância de até R\$ 700 milhões (setecentos milhões de reais), sendo que metade deste valor adicional, ou seja, R\$ 50 milhões (cinquenta milhões de reais) ficarão retidos em uma *escrow account* e seu pagamento está condicionado ao desempenho do Complexo Alto Sertão II, apurado após período de cinco anos contados da data do fechamento da operação.

A Renova informa que o fechamento da Transação está sujeito a certas condições precedentes previstas no CCA, incluindo, entre outras, a aprovação por órgãos governamentais e credores.

##### c) Aumento de capital na controlada em conjunto Amazônia Energia Participações S.A.

Em 31 de janeiro e 24 de fevereiro de 2017, a Companhia efetuou aportes, nos montantes de R\$7.349 e R\$3.363, respectivamente, na controlada em conjunto Amazônia Energia.

##### d) Revisão tarifária da Light SESA

Em 14 de março de 2017, a Aneel aprovou o resultado da 4ª Revisão Tarifária Periódica (RTP) da controlada Light SESA. A 4ª RTP, prevista para ocorrer em 07 de novembro de 2018, foi antecipada para 15 de março de 2017 por meio da assinatura do 5º termo aditivo ao seu contrato de concessão, aprovado na 7ª Reunião Pública Ordinária da Diretoria da ANEEL, realizada em 7 de março de 2017, nos termos do Despacho ANEEL nº 2.194 de 16 de agosto de 2016.

Em decorrência da assinatura do aditivo contratual, os processos tarifários ordinários da controlada Light SESA passarão a ocorrer no dia 15 de março de cada ano, sendo que a próxima RTP ocorrerá em 15 de março de 2022. O prazo final da concessão da Light SESA permanece em 4 de junho de 2026.

Foi efetuado o recálculo dos itens associados ao serviço de distribuição e redefinição dos percentuais de perdas regulatórias, que passaram a representar 36,06% do mercado de baixa tensão e o das perdas técnicas, 6,34% da Carga Fio regulatória (antes, tais repasses eram de 30,11% e 5,35%, respectivamente). As novas tarifas da controlada Light SESA refletem também uma atualização dos itens da Parcela A, associados à compra de energia, aos encargos setoriais e aos custos de transmissão, bem como dos componentes financeiros.

O efeito conjunto deste processo resultou em um aumento médio das contas de energia elétrica da Light SESA de 10,45%, a partir de 15 de março de 2017. Os itens associados às Receitas Irrecuperáveis e à Parcela B (Distribuição), associados aos custos gerenciais pela Light SESA, representam 2,81% do efeito médio total.

##### e) Rolagem do empréstimo junto ao Santander

Em 01 de fevereiro de 2017, foi realizada a rolagem da dívida da controlada Light SESA com o Santander, no montante de R\$120.000 através de uma Cédula de Crédito Bancário. A dívida vence no dia 1º de agosto de 2018 e tem taxa de juros de CDI + 4,5% a.a.

##### f) Rolagem dos empréstimos junto ao Citibank

Em 03 de fevereiro de 2017, foi realizada a rolagem das dívidas das controladas Light SESA e Light Energia com o Citibank por meio de uma monetização de swap.